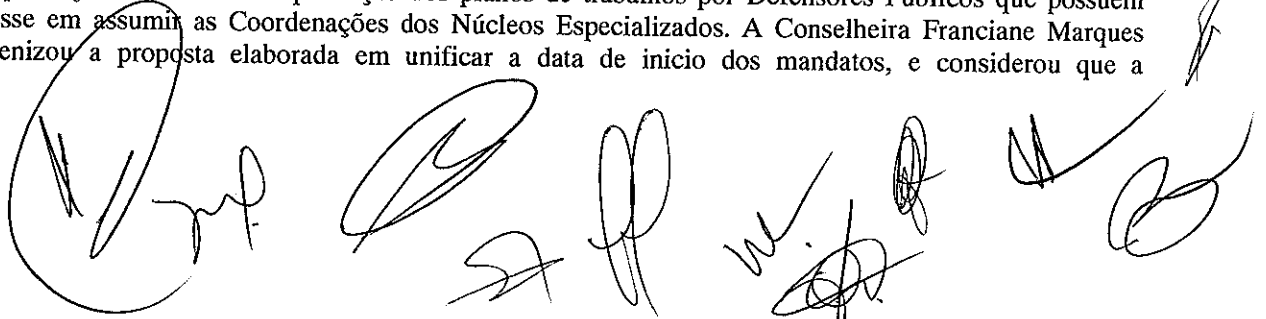
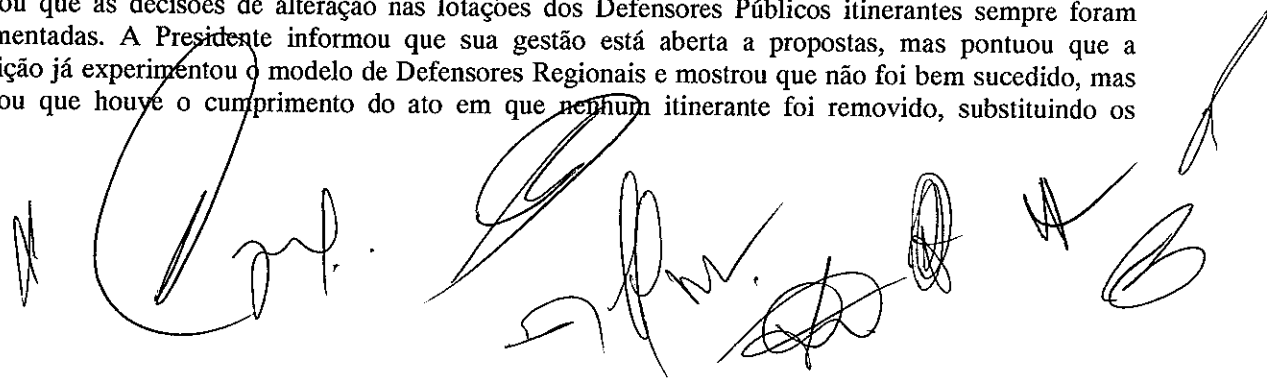


ATA DA 285ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2012/2014

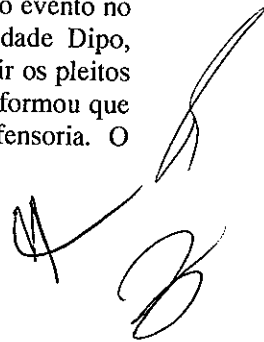
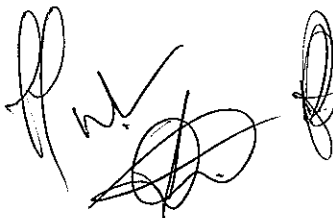
Ao primeiro dia do mês de junho do ano dois mil e doze, na sala de reuniões do Edifício Sede, situado na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Daniela Sollberger Cembranelli. Presentes os (as) Conselheiros (as): Luciano Alencar Negrão Caserta, Marcia Regina Garutti, Franciane de Fátima Marques, Luis Gustavo Alves Fontanetti Alves da Silva, Rafael Bessa Yamamura, Rafael Valle Vernaschi, Vitore André Zilio Maximiano, Juliana Saad, José Moacyr Doretto Nascimento, Bruno Ricardo Miragaia, Luciana Zaffalon Leme Cardoso e, representando a Apadep, Rafael Moraes Português de Souza. Ausente justificadamente a Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A Presidente iniciou os trabalhos e deu boas vindas aos novos Conselheiros, desejando um período de trabalho profícuo e de construção conjunta em prol da Defensoria Pública. Anunciou a inauguração da nova unidade de Santo André, na última quarta-feira, e agradeceu aos envolvidos na estruturação da nova sede, destacando que o imóvel possui amplo espaço para o acolhimento dos Defensores Públicos e Servidores, além de contar com um espaço para a realização de eventos em educação em direitos. O Conselheiro Vitore Maximiano relatou que esteve presente na inauguração e informou que a nova unidade foi bastante elogiada pelas autoridades do MP e TJ-SP. A Presidente informou que compareceu, nesta semana, a uma solenidade no Congresso Nacional de Brasília, em comemoração ao Dia Nacional da Defensoria Pública, e relatou que diversos congressistas ressaltaram a importância do fortalecimento e a ampliação da instituição em todo o país, por fim, registrou que esteve presente a solenidade a Presidente do Condege, Andrea Britto, o Presidente da Anadep, André Castro, e o Presidente da Apadep, Rafael Português. Destacou, na oportunidade, a reunião feita com o Ministro do STF, Marco Aurelio Mello, e reforçou os argumentos em favor da reclamação ajuizada pelos Defensores Públicos Bruno Miragaia e Felix Ricardo, em face ao recurso proposto, após o TJ-SP considerar que o Defensor Bruno não possuía capacidade postulatória, em virtude de sua falta de inscrição dos quadros da OAB, assim informou que o Ministro deferiu a liminar pleiteada, derrubando a ordem do TJ-SP, e considerou a inobservância da cláusula constitucional de reserva de plenário na decisão, por fim, parabenizou os Defensores Públicos pela estratégia processual, renovando o seu comprometimento na causa. O Conselheiro José Moacyr defendeu que Defensoria Geral assumira a defesa processual dos Defensores Públicos em situações semelhantes, na desvinculação dos quadros da OAB, argumentando haver interesse institucional e não individual por Defensor Público. Endossou a fala o representante da Apadep. A Presidente ressaltou a importância do tema e solicitou à Assessoria Jurídica que fizesse estudo sobre a legitimidade da Defensoria Pública para ingressar com a ação. Comunicou que esteve no Palácio dos Bandeirantes para tratar de duas reuniões de interesse da instituição, que tratou do anteprojeto de lei para a ampliação do número de Defensores e Servidores, na sequência retomou as tratativas da reforma da LCE 988/06. Informou o reagendamento da data de solenidade de posse da Defensora Pública Geral e dos Conselheiros do biênio 2012-2014, para o dia 12/06 às 17hs, na Câmara Municipal de São Paulo, a fim de possibilitar a presença do Governador do Estado que manifestou o interesse em prestigiar a instituição. Não havendo mais comunicações da Presidência, passou-se as comunicações da Secretaria. Justificou a ausência da Conselheira Fabiana Zapata que participa de reunião com promotores da Saúde Pública e de Sorocaba. Não havendo mais comunicações da Secretaria, passou-se ao momento aberto. A Presidente franqueou à palavra a primeira inscrita, Defensora Pública, Leila Rocha Sponton. Informou que os Núcleos Especializados e a Primeira Subdefensoria têm discutido em conjunto a padronização dos procedimentos e mandatos dos Núcleos, e ressaltou que nesse sentido foi protocolada ao Conselho Superior a proposta que rearranja os termos dos mandatos, sugerindo que os atuais mandatos se encerrem no dia 31/07 e designem os novos membros e coordenadores no dia 01/08, com exceção ao Núcleo de Habitação e Urbanismo que haveria uma redução de três meses, porém a proposta contempla a situação de transição, por fim, pleiteou a inversão da pauta para que haja tempo hábil de produção dos planos de trabalhos por Defensores Públicos que possuem interesse em assumir as Coordenações dos Núcleos Especializados. A Conselheira Franciane Marques parabenizou a proposta elaborada em unificar a data de início dos mandatos, e considerou que a



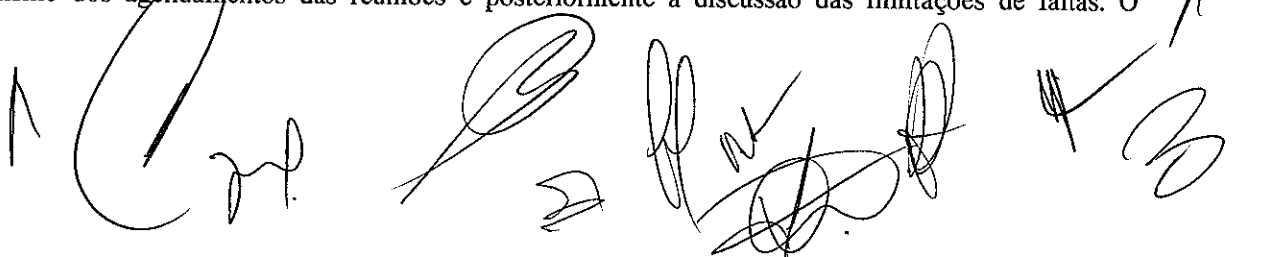
padronização deveria abarcar também os relatórios semestrais na prestação de contas ao Conselho Superior, mencionando há Núcleos estão pendentes de envio dos relatórios de atividades desde 2010. A Presidente sugeriu que a Primeira Subdefensoria reitere a solicitação aos Núcleos Especializados para que submetam os relatórios ao Conselho Superior. A Conselheira Franciane Marques informou que a Secretaria do Conselho possuía um controle interno de acompanhamento dos relatórios e enviou ao e-mail institucional do Colegiado. A Presidente determinou à Secretaria do Conselho Superior expedir ofício recomendando aos Coordenadores dos Núcleos Especializados para apresentarem os relatórios pendentes, nos termos da Deliberação CSDP 38/07. A Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, Geraldo Sanches. Pleiteou o julgamento do processo CSDP 357/11, bem como a revisão da deliberação CSDP 198/10, mencionando que a atual normativa cria desigualdades aos Defensores Públicos que como ele atingiu o nível máximo na carreira, e ao desempenhar atividades extraordinárias não pode receber qualquer tipo de compensação, e informou que não teve retorno pela Assessoria Jurídica sobre a possibilidade de se reverter o dia de trabalho realizado em caráter extraordinário em folgas. A Presidente informou que não possuía o registro do pleito junto à Assessoria Jurídica, solicitando a Coordenadora da Assessoria Jurídica, Kathya Beja na averiguação dos fatos narrados, mas ressaltou que o tema é delicado e deve ser analisado com muita serenidade. Ponderou que a questão prende-se a legalidade e juridicidade. Mencionou que o STF julgara um processo, no qual decidirá se os Tribunais de Justiça podem aplicar vantagens pecuniárias e não pecuniárias que não estão previstas em Leis Orgânicas, e avaliou a necessidade de aguardar a decisão do STF para que o Conselho Superior possa tomar uma decisão. O Conselheiro Luis Gustavo mostrou preocupação pela paralisação dos trabalhos em algumas unidades, e posicionou contrário ao sobrestamento do processo enquanto o STF analisa a questão, justificando que não cabe ao Conselho Superior avaliar uma possível inconstitucionalidade da proposta. O Conselheiro José Moacyr mostrou incongruência nos fatos justificando que a legislação determina que o Defensor Público trabalhe 40 horas semanais e, ao mesmo tempo, termina que ele deva realizar atividades extraordinárias que extrapolam seu horário de trabalho, havendo um enriquecimento ilícito do Estado. O Conselheiro Rafael Bessa concordou com a fala do Conselheiro Luis Gustavo em que não há necessidade de sobrestar o processo de compensação, tendo em vista que o STF ainda não analisou o tema, caso contrário, seria necessário revogar a atual deliberação que trata do assunto. A Conselheira Franciane Marques aderiu às falas dos Conselheiros: Luis Gustavo, Rafael Vernaschi e José Moacyr. O Conselheiro Vitore Maximiano informou que enquanto Coordenador da Assessoria Jurídica, na última gestão, não recepcionou o pleito formulado pelo Defensor Geraldo Sanches, e informou que em nota ao jornal Folha de São Paulo, os Ministros do STF pretendem editar uma súmula vinculante sobre o tema, invalidando qualquer norma administrativa que institui modelos de benefícios não previstos em lei. Não havendo mais inscritos ao momento aberto, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. A Presidente franqueou a palavra ao Representante da Apadep, Rafael Português. Informou que esteve em Brasília na solenidade em comemoração ao Dia Nacional da Defensoria Pública, e aproveitou para conversar com Deputados a cerca do PLC 114/11, que atribui às Defensorias Públicas Estaduais os direitos e deveres previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, e informou que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, e pediu o apoio da Administração Superior na articulação em torno da aprovação do projeto. O Representante da Apadep, Rafael Português informou a realização de reunião com a Apadep e Defensores Públicos itinerantes, na última semana, com o objetivo de elaborar uma proposta de reformulação do atual modelo, e informou que após a reunião surgiu à sugestão do congelamento dos Defensores Públicos itinerantes nos locais onde estão atualmente lotados, enquanto as discussões avançam, e que as designações especiais sejam feitas mediante fundamentação e pagamento de diárias, e após o aumento do quadro de Defensores os cargos sejam regionalizados, por fim, mostrou a necessidade de nova reunião, com a presença de um representante da Administração Superior, para analisar a viabilidade da proposta ou a submissão de uma contraproposta. A Conselheira Juliana Saad ressaltou que as decisões de alteração nas lotações dos Defensores Públicos itinerantes sempre foram fundamentadas. A Presidente informou que sua gestão está aberta a propostas, mas pontuou que a instituição já experimentou o modelo de Defensores Regionais e mostrou que não foi bem sucedido, mas ressaltou que houve o cumprimento do ato em que nenhum itinerante foi removido, substituindo os

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a small mark, a large signature that appears to be 'C. G.', another large signature, a signature that looks like 'R. P.', a signature that looks like 'J. S.', and a signature that looks like 'A. B.'. There are also some smaller, less distinct marks and initials scattered around these main signatures.

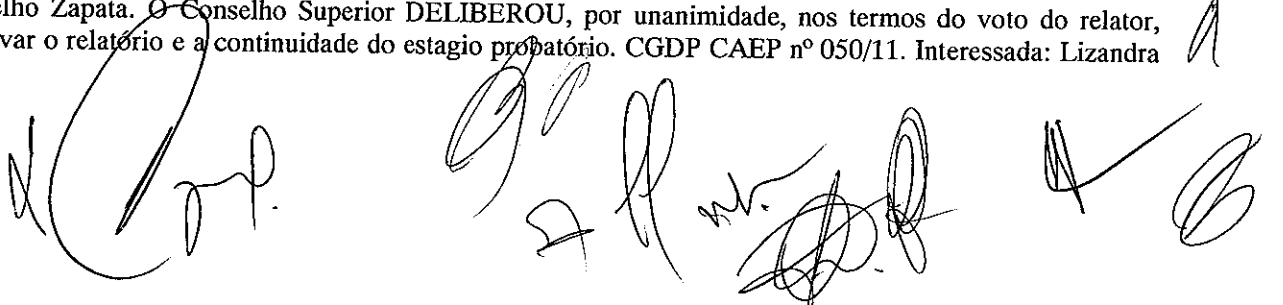
afastamentos perenes, por fim, pontuou que a proposta causa incongruências, pois há regionais que não há afastamentos constantes, deixando os Defensores itinerantes sem funções, enquanto outras regionais podem sofrer com a ausência desses profissionais, assim ponderou que a decisão deve ser feita com serenidade e cautela. O Conselheiro Rafael Vernaschi sugeriu a construção de agenda positiva, a fim de elencar os processos de envergadura e polêmicos, debruçando sobre os temas de relevância para a instituição em sessão extraordinária, além de destravar a pauta para o acolhimento de novas propostas trazidas pela carreira. Acompanhou os Conselheiros José Moacyr, Franciane Marques e Luis Gustavo. A Presidente sugeriu que na sessão seguinte o Colegiado realize reunião informal para discussão da agenda positiva. Aprovado por unanimidade. O Conselheiro Rafael Bessa indagou as tratativas de negociação com o TJ-SP sobre a cessão de salas em Fóruns para a Defensoria Pública. A Presidente informou que recentemente se reuniu com o Presidente do TJ-SP, Desembargador Ivan Sartori, e relatou os diversos problemas relacionados aos espaços da Defensoria em Fóruns, e relatou que as intervenções que aguardavam parecer do TJ-SP para serem realizadas foram autorizadas prontamente e que os demais assuntos, especialmente os relacionados à Unidade de Campinas, ainda estão sendo discutidas, além disso, mencionou que foi cedida à Defensoria Pública uma nova sala no Fórum João Mendes, na Capital, devendo ser ocupada pela Unidade Família Central. O Conselheiro Rafael Bessa solicitou à Administração Superior que a Assessoria Cível priorizasse o atendimento inicial das unidades, e mostrou a necessidade de capacitar os Defensores, Servidores e Estagiários que atuam na triagem, criando um canal de comunicação entre a Assessoria Cível e a Ouvidoria-Geral, a fim de aperfeiçoar o primeiro atendimento. O Conselheiro Bruno Miragaia mostrou a necessidade de criar uma comissão com a finalidade de estudar medidas para diminuir os problemas vividos na triagem da Capital, e justificou que com o acréscimo de número de Defensores Públicos, talvez seja possível estabelecer um novo formato de atendimento inicial para a Capital. A Presidente externou satisfação com a preocupação trazida com a atividade fim, e considerou auspiciosas as propostas de melhorias dos Conselheiros Rafael Bessa e Bruno Miragaia, ressaltando que em sua nova gestão houve a preocupação de se dar prioridade a criação dos Assessores Civil e Criminal, objetivando a melhoria na atividade fim. Ponderou que a vinda dos novos cargos foi um compromisso assumido com o Governador para o investimento na área prisional, especialmente no que diz respeito aos presos provisórios. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon, considerou importantíssima a preocupação da Administração e do Colegiado com o atendimento prestado pela instituição, e informou que levará algumas sugestões de alterações nos procedimentos aos Assessores da Defensoria Geral. O Conselheiro Vitore Maximiano informou que o novo espaço, situado na Rua Boa Vista, nº 150, será aferido à Defensoria pelo Governo do Estado para a realização do atendimento inicial da Capital, sendo necessária a intervenção no layout para adaptação do local, e considerou que a mudança do local atual da triagem não interfere nas discussões para a descentralização do atendimento. Enalteceu a criação de pólos de família, relatando que o tempo de espera para retorno caiu, e reconheceu falhas no procedimento, especialmente no pólo de família da Regional Leste. O Representante da Apadep, Rafael Português e o Conselheiro Rafael Vernaschi discordaram e relataram que no pólo de família da Regional Leste os problemas cresceram e causaram transtornos aos Defensores Públicos e Assistidos, e consideraram que a principal dificuldade são os cidadãos da região da Vila Prudente, que passaram por três unidades diferentes, até serem atendidos na unidade mais próxima de suas residências. O Conselheiro Luciano Caserta sugeriu a criação de segundo pólo de família na Regional Leste, abrangendo as unidades de São Miguel e Itaquera, além de outro que abarque as unidades de Vila Prudente, Tatuapé e Penha. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon, registrou a presença da Senhora Maria Solange Machado, Representante do Conselho de Monitoramento de Política de Direitos para a População e Situação de Rua de São Paulo, e informou que é usuária dos serviços da instituição. Comunicou a divulgação do projeto "Mais Melhor Justiça Para Todos", que objetiva pensar na expansão da Defensoria Pública com base em critérios objetivos que permitam melhor estudar sua efetividade, e convidou a todos para a realização do evento no dia 18 de junho. O Conselheiro Vitore Maximiano comunicou a visita realizada na Unidade Dipo, acompanhado pelo Assessor Criminal, João Henrique Imperia Martini, com o objetivo de ouvir os pleitos dos Defensores Públicos sobre as medidas que visam melhorar o atendimento ao público, e informou que nos próximos 90 (noventa) dias pretende visitar todas as unidades da Segunda Subdefensoria. O



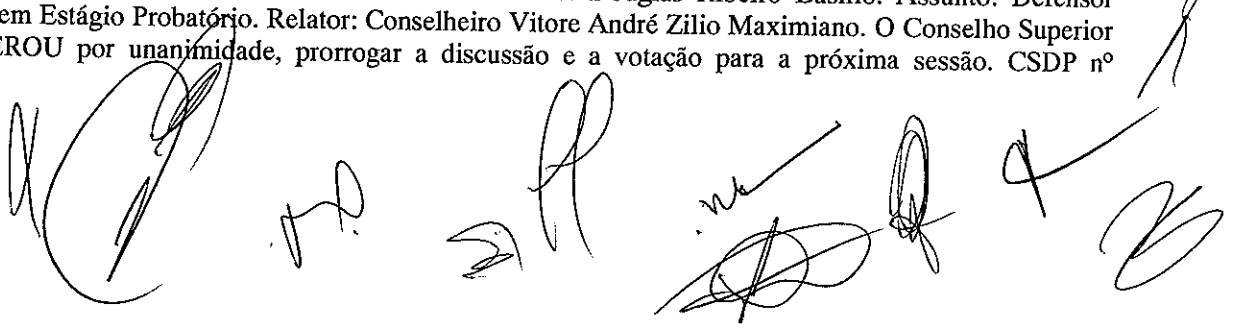
Conselheiro Luciano Alencar levantou a necessidade de cumprimento ao regimento interno com a realização de sessões ao interior da Capital. O Conselheiro José Moacyr informou que a contribuição do IAMSPE, no âmbito do processo originário de Minas Gerais, o STF decidiu ser inconstitucional sua obrigatoriedade, e solicitou que a administração se debruce em proposta para torná-la facultativa. O Conselheiro Vitore Maximiano avaliou o momento inadequado para resolver a questão por não ter elementos jurídicos suficientes para torná-la facultativa, mas ressaltou que a matéria é de cunho estritamente administrativo, por se tratar de decisão que cabe ao Gestor da Defensoria Pública e não ao Conselho Superior, mas apontou que a administração tem total interesse em resolver a questão. Sugeriu que os interessados ajuízem ações a respeito, diante dos sucessos obtidos no Judiciário na maioria das ações, e sugeriu também à Apadep que promova ações coletivas que beneficiem todos os seus associados. O Representante da Apadep, Rafael Português mostrou a necessidade de decisão da Assembléia Geral para adotar tal medida. A Presidente informou que a questão do IAMSPE é abordada pelo anteprojeto de lei de reforma da LCE 988/06, atualmente analisado pelo Governo, e ressaltou que se o ponto for aprovado, o problema será resolvido definitivamente por via legal. Não havendo mais manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos, passou-se a ordem do dia. A Presidente iniciou a ordem do dia com a inversão da pauta para a inserção dos processos excetuados em caráter de urgência. CSDP nº 244/12 (Excetuado a pauta). Interessado: Primeira Subdefensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 38/07 (que estabelece normas gerais para os regimentos internos dos Núcleos Especializados e dá outras providências). Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O relator proferiu o voto oralmente no sentido de enviar ofício ao Núcleo de Habitação e Urbanismo para colher a concordância dos membros em relação à redução do mandato nos termos propostos, aguardando-se a resposta do ofício para deliberar a alteração da deliberação. A Presidente encaminhou para votação a abertura do prazo de inscrições aos Núcleos Especializados, bem como a conversão do processo em diligência para colher a concordância dos membros. Aprovado por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar a abertura de prazo para inscrições. Deliberou ainda, converter o julgamento do processo em diligência, a fim de colher a concordância dos membros do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. CSDP nº 245/12 (Excetuado a pauta). Interessado: Primeira Subdefensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração do ato concessivo de gratificação "pro labore" a servidores do quadro efetivo da Defensoria Pública. Relatora: Conselheira Juliana Saad. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir a alteração do ato concessivo de gratificação, tendo em vista a exoneração do servidor que atuava na triagem. O Conselheiro José Moacyr manifestou seu voto pela concessão retroativa da gratificação, e sugeriu que na vacância de futuros cargos, a administração superior indique o substituto imediatamente. O Conselheiro Vitore Maximiano ponderou que a gratificação não tem vínculo ao cargo, mas pelas atribuições de gerenciamento desenvolvidas na administração superior, e mostrou preocupação em caráter legislativo caso deliberasse o precedente de retroatividade de gratificação. A Presidente informou que a gratificação é concedida ao servidor como reconhecimento das funções exercidas na administração superior, não sendo vinculada ao servidor, e ressaltou do limite de gratificações previstas na lei. O Conselheiro Vitore Maximiano informou que o servidor substituto não exercia as atribuições do servidor exonerado, e justificou não ser necessário conceder a gratificação retroativa. A presidente encaminhou para votação e aprovou-se por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar a concessão da gratificação nos termos propostos. CSDP nº 006/12. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 38/07, que estabelece normas gerais para os Regimentos Internos dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Antonio Maffezoli Leite. A Conselheira Juliana Saad leu relatório e proferiu voto vista o acolhimento da proposta do relator com sugestões de melhoria na redação no que refere o agendamento das reuniões e a justificativa de ausência em reuniões. A Conselheira Franciane Marques esclareceu o objetivo da proposta apresentada pelo proponente em prestigiar as reuniões dos Núcleos Especializados. O Conselheiro Rafael Bessa sugeriu a limitação das faltas justificadas, além das injustificadas. O Conselheiro José Moacyr ponderou a necessidade de deliberar-se inicialmente sobre o mecanismo dos agendamentos das reuniões e posteriormente a discussão das limitações de faltas. O

The image shows several handwritten signatures in black ink at the bottom of the page. From left to right, there are approximately six distinct signatures, some of which are quite stylized and overlapping. The signatures appear to be those of the council members mentioned in the text above.

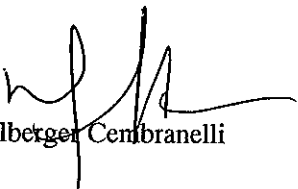
Conselheiro Luciano Alencar ponderou sobre as diversas atribuições exercidas pelo Núcleo Especializado, além das reuniões. O Conselheiro José Moacyr manifestou o pedido de vista dos autos. Vista concedida ao Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselheiro Luis Gustavo informou o pedido da Conselheira Fabiana Zapata, via e-mail, para a prorrogação do processo para acompanhamento da decisão em sessão posterior. A Presidente encaminhou para votação e acolheu-se a prorrogação. O Conselho Superior DELIBEROU por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 350/11. Interessada: Coordenadora Auxiliar do Núcleo de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (maio de 2011 a novembro de 2011). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselheiro Vitore Maximiano leu o relatório e proferiu o voto da relatora no sentido de aprovar o relatório com a expedição de ofício ao referido Núcleo Especializado. A Conselheira Franciane manifestou o pedido de vista do processo, e solicitou o envio do projeto de atuação da Coordenadora do Núcleo Especializado para avaliação. O Conselheiro Luis Gustavo indagou se houve precedente para justificar a exigência. A Presidente esclareceu que o Colegiado pode imputar elementos que entenda importante para análise do relatório. O Conselheiro Bruno Miragaia sugeriu a análise detida nos próximos relatórios. O Conselheiro Luciano Alencar mostrou a importância da análise dos projetos de atuação como Coordenador do Núcleo Especializado, e solicitou à Secretaria do Conselho Superior o envio dos projetos, em processo apartado, para reformular a alteração da deliberação com a pertinência de atuação. A Presidente determinou à Secretaria do Conselho Superior o resgate do plano de atuação dos Coordenadores dos Núcleos Especializados e o envio ao Colegiado via e-mail institucional. Vista concedida a Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselheiro Luis Gustavo solicitou a inversão da pauta para julgamento do processo CSDP 162/12, conforme solicitado pela relatora via e-mail institucional. Aprovado por unanimidade. CSDP nº 162/12. Interessados: Samir Nicolau Nassralla e Aluisio Iunes Monti Ruggeri Re. Assunto: Remoção por permuta. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselheiro Vitore Maximiano leu o relatório e proferiu o voto da relatora no sentido de deferir a permuta entre os interessados. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, deferir a remoção por permuta entre os Defensores Públicos Samir Nicolau Nassralla e Aluisio Iunes Monti Ruggeri Re. CGDP CAEP nº 013/11. Interessado: Bruno Cesar da Silva. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 075/11. Interessada: Tamara de Padua Capuano. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. Impedido o Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. CGDP CAEP nº 011/11. Interessado: Bernardo Faeda e Silva. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 082/11. Interessada: Vivian Mantic Correia. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. Impedido o Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. CGDP CAEP nº 048/11. Interessada: Lilian Rodrigues Mano. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 025/11. Interessado: Danilo Caetano Silvestre Torres. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 015/11. Interessada: Camila Paronetti Silva. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 050/11. Interessada: Lizandra




Rabelo Duarte. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 072/11. Interessado: Rodrigo Tadeu Bedoni. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 034/10. Interessado: João Guilherme Ponzoni Marcondes. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 024/11. Interessado: Daniel Mobley Grillo. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 063/11. Interessada: Milena Jackeline Reis. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 004/11. Interessada: Aline Rodrigues Penha. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 071/11. Interessada: Roberta Marques Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 022/11. Interessada: Cristina Son. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 051/11. Interessada: Luciana de Oliveira Marçaioli. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 009/11. Interessado: Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 012/11. Interessada: Bruna Gonçalves Loureiro de Andrade Barros. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório, expedindo-se ofício à Comissão de Prerrogativas. CGDP CAEP nº 066/11. Interessado: Paulo Arthur Araujo de Lima Ramos. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. Impedido o Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. CGDP CAEP nº 001/11. Interessado: Adriano Lino Mendonça. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 026/11. Interessado: Danilo Martins Ortega. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 008/11. Interessado: Arthur Soares Pinto Moser. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 064/11. Interessada: Nelise Christino de Castro Santos. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 030/11. Interessado: Douglas Ribeiro Basilio. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº

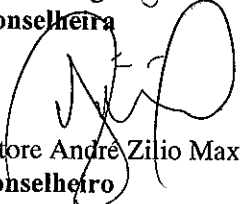
The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a large, stylized signature, followed by a smaller signature, then a signature that appears to be 'V.A.', and finally a signature that looks like 'D.B.'. There are also some other scribbles and marks scattered across the bottom right area.


007/12. Interessados: Ouvidoria-Geral e Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 89/08(que versa sobre os critérios de atendimento em vigor da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 357/11. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 198/10 (Disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 003/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (primeiro e segundo semestre de 2011). Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 110/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (março a agosto de 2011). Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 138/12. Interessado: Welton Carlos de Cristo Alves. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de Bacharelado em Direito na Universidade de São Paulo, no período de 24 de fevereiro a 04 de julho de 2012. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 141/12. Interessado: Daniel Guimarães Zveibil. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 91/08, que cria a Comissão de Prerrogativas da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e regulamenta sua atividade. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 146/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (setembro de 2011 a fevereiro de 2012). Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 151/12. Interessada: Segunda Subdefensora Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 152/10, que regulamenta a atuação dos Defensores Públicos em plantões judiciários. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 152/12. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (outubro de 2011 a março de 2012). Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo ao primeiro dia do mês de maio do ano de 2012.


Daniela Sollberger Cembranelli
Presidente



Juliana Saad
Conselheira


Marcia Regina Garutti
Conselheira

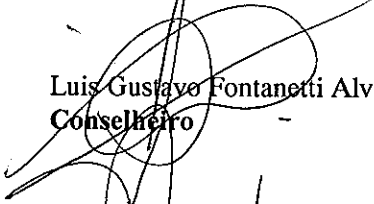

Vitore André Zilio Maximiano
Conselheiro



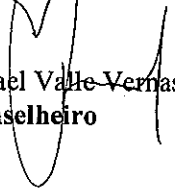
Bruno Ricardo Miragaia
Conselheiro



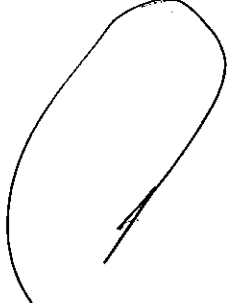
Franciane de Fátima Marques
Conselheira



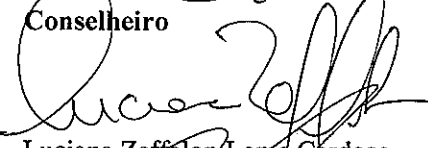
Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
Conselheiro



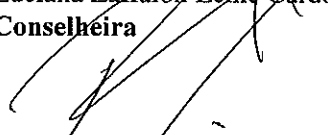
Rafael Valle Vernaschi
Conselheiro



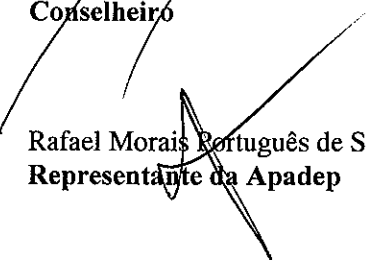
Luciano Alencar Negrão Caserta
Conselheiro



Luciana Zaffalon Leme Cardoso
Conselheira



Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro



Rafael Morais Boruguês de Souza
Representante da Apadep